

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.370.446 - SP (2012/0263115-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECORRENTE** : ANDREA NICHIO DOS SANTOS  
**ADVOGADOS** : IBIRACI NAVARRO MARTINS - SP073003  
PAULO HENRIQUE LEBRON E OUTRO(S) - SP125625  
**RECORRIDO** : JUVENAL BRANZANI FILHO  
**ADVOGADO** : PAULO HENRIQUE LEBRON - SP125625

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial, interposto por **ANDRÉA NICHIO DOS SANTOS**, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 163, e-STJ):

PROCESSO CIVIL - EXTINÇÃO DO PROCESSO - EXECUÇÃO - TÍTULO JUDICIAL - ABANDONO - DECISÃO TERMINATIVA - CPC - ARTIGO 267, III - SUCUMBÊNCIA - VERBA HONORÁRIA INDEVIDA. Pelo princípio da causalidade inserido no artigo 20 da lei adjetiva, "vencido" corresponde à parte ou terceiro que sofre os efeitos da sentença condenatória na condição de réu. A decisão terminativa que extingue o processo por abandono da causa pelo autor e/ou exequente, sem apreciação de mérito, não comporta responsabilidade pelo pagamento da verba honorária. Recurso não provido.

Nas razões do especial, a recorrente aponta ofensa aos artigos 20, *caput*, §§ 3º e 4º, 267, III, § 2º, ambos do CPC/73. Sustenta, em síntese, o cabimento de honorários advocatícios em razão litigiosidade configurada na execução, inclusive com oferecimento de execução de pre-executividade, em atenção ao princípio da causalidade.

Sem contrarrazões (fl. 182, e-STJ).

Inadmitido o recurso na origem (fls. 183-184, e-STJ), fora interposto o agravo de fls. 187-192, e-STJ, o qual fora provido por meio da decisão de fls. 200-201, e-STJ, para melhor exame da controvérsia.

É o relatório.

Decido.

A pretensão não merece prosperar.

**1.** Cinge-se a irresignação veiculada no presente reclamo acerca do cabimento de honorários sucumbenciais em execução de título judicial, cujo processo fora extinto, sem apreciação do mérito, por abandono da causa pelo autor/exequente, por mais de trinta dias.

Destaca-se que a ora recorrente é parte executada/devedora na presente demanda e ora pleiteia a condenação do exequente/credor no pagamento de honorários advocatícios em favor do seu patrono.

No particular, assim concluiu o Tribunal *a quo*:

Na dicção do artigo 20 da lei processual a imposição da pena de

sucumbência diz respeito ao "vencido" em respeito ao princípio da causalidade. Entretanto, o vocábulo "vencido" corresponde à parte ou terceiro que sofre os efeitos da sentença condenatória na condição de réu.

No caso em tela, a perda processual foi do exequente, cuja ação de execução restou extinta por abandono do processo, considerando que desde novembro/2005 vem peticionando (cinco vezes), bem como requerendo o sobrestamento do feito, sem qualquer providência efetiva, até que intimado pessoalmente, quedou-se inerte.

A recorrente com a extinção do processo, na realidade obteve êxito, pois a exceção de pré-executividade foi rejeitada e quicá ocorreu a prescrição intercorrente do crédito.

Embora terminativa a decisão recorrida, não há como reconhecer a presença de vencedor ou vencido, como embasamento para a imposição da verba sucumbencial pretendida. (fl. 164, e-STJ) [grifou-se]

Como bem delineou o acórdão recorrido, **a perda processual - no caso - foi do exequente - ora recorrido**, que desde o ano de 2005 até o ano de 2011 peticionou nos autos, sem providência efetiva a satisfazer o seu crédito, até que fora intimado e permaneceu inerte.

Com efeito, a transformação da parte exequente em devedora de honorários, sem julgamento do mérito da ação executiva, já fora rechaçada pela jurisprudência desta Corte, quando da análise da questão envolvendo a prescrição intercorrente por ausência de localização de bens do devedor, ocasião em que se firmou o entendimento de que ***"diante dos princípios da efetividade do processo, da boa-fé processual e da cooperação, não pode o devedor se beneficiar do não-cumprimento de sua obrigação"*** (REsp 1769201/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 12/03/2019, DJe 20/03/2019).

Tal entendimento se amolda perfeitamente à hipótese dos autos, caso em que, o exequente após anos peticionando nos autos requerendo o sobrestamento do feito por ausência de bens, na última vez que foi intimado, permaneceu inerte.

Na hipótese, o acolhimento da pretensão recursal de arbitramento de honorários na presente execução fere os princípios da efetividade do processo, da boa-fé e da cooperação, caso em que, estaria o devedor se beneficiando do não cumprimento da sua própria obrigação.

Adequado, portanto, o entendimento adotado pelo Tribunal *a quo*, no sentido de que a perda processual foi do próprio exequente, não havendo justificativa para o arbitramento de honorários em favor da parte executada/devedora. Esse é o posicionamento adotado por esta Corte, em situações análogas, consoante se extrai dos seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE BENS PENHORÁVEIS. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. DECISÃO MANTIDA. 1. "Declarada a prescrição intercorrente por ausência de localização de bens, incabível a fixação de verba honorária em favor do executado, eis que, diante dos princípios da efetividade do processo, da

boa-fé processual e da cooperação, não pode o devedor se beneficiar do não-cumprimento de sua obrigação" (REsp 1769201/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 12/03/2019, DJe 20/03/2019). 2. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1793200/PR, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 23/09/2019, DJe 27/09/2019) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. AUSÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS OU EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. HONORÁRIOS EM FAVOR DO EXECUTADO. DESCABIMENTO. CAUSALIDADE. [...] 3. **A Corte regional, com base no princípio da causalidade, decidiu que o ente fazendário não deve ser condenado ao pagamento de honorários advocatícios, porque o exequente não deu causa ao processo e não se pode beneficiar o devedor pelo não cumprimento de sua obrigação.** 4. A análise da pretensão recursal implicaria o reexame das provas dos autos a fim de aferir se a Fazenda Pública eventualmente deu causa à demanda, o que é vedado a esta Corte Superior devido ao óbice da Súmula 7/STJ. 5. Recurso especial a que se nega provimento. (REsp 1834500/PE, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/09/2019, DJe 20/09/2019) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DOS HERDEIROS PARA REGULARIZAÇÃO PROCESSUAL. HONORÁRIOS EM FAVOR DO EXECUTADO. DESCABIMENTO. CAUSALIDADE. AUSÊNCIA DE SUCUMBÊNCIA DO EXEQUENTE. 1. Com relação ao cabimento dos honorários na demanda executória, seja qual for a classe do título exibido pelo credor, ou do procedimento de execução, este decorre do fato de que ela se baseia no descumprimento imputável de uma obrigação. 2. A Quarta Turma do STJ já reconheceu que "a prescrição intercorrente por ausência de localização de bens não retira o princípio da causalidade em desfavor do devedor, nem atrai a sucumbência para o exequente"(REsp 1.769.201/SP, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 12/03/2019, DJe 20/03/2019), assim como na desistência da execução pelo credor, em razão da inexistência de bens penhoráveis (Resp n. 1.675.741/PR, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão). 3. **Em razão dos ditames da causalidade, o fato de o exequente não localizar o devedor (ou seus herdeiros) para quitar o débito não pode ensejar a condenação do credor em honorários advocatícios com a extinção do feito pela prescrição intercorrente. Isto porque a prescrição foi motivada por causa superveniente não imputável ao credor, já que o devedor "desapareceu" após deixar de cumprir com a sua obrigação. A inércia do exequente, portanto, ocorreu em razão da conduta do executado.** 4. Na hipótese, um dos executados, foi devidamente citado e "declinou não possuir bens passíveis de penhora", tendo o oficial de justiça certificado, em relação ao outro, o seu falecimento. No entanto, o exequente acabou não

# *Superior Tribunal de Justiça*

conseguindo encontrar, após diversos pedidos de diligências e sobrestamento do feito para a sua localização, os herdeiros do falecido para regularização do polo passivo, tendo o magistrado extinto o feito em razão da prescrição intercorrente. 5. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1783853/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 27/06/2019) [grifou-se]

**2. Do exposto, nego provimento** ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator